

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**EDINA PISCHARAKA ITCAK DIAS DA SILVA**

**O IDEB ENQUANTO REFERENCIAL DE PESQUISA NO ÂMBITO ACADÊMICO:  
USOS E CONCEPÇÕES**

**CURITIBA**

**2013**

EDINA PISCHARAKA ITCAK DIAS DA SILVA

O IDEB ENQUANTO REFERENCIAL DE PESQUISA NO ÂMBITO ACADÊMICO:  
USOS E CONCEPÇÕES

Monografia apresentada como avaliação parcial  
no curso de Especialização em Políticas  
Eduacionais, Setor de Educação, Núcleo de  
Política, Gestão e Financiamento da Educação.  
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Ricardo de Souza.

CURITIBA  
2013

## **AGRADECIMENTOS**

Aos cidadãos que colocam seu tempo e força de trabalho a serviço do bem público: os pesquisadores em políticas educacionais. É o compromisso com o outro, por vezes sem voz e vez, que os mobiliza na pesquisa e luta para identificar as limitações e possibilidades das decisões políticas e subsidiar o tencionamento para a mudança.

Aos meus pais, Izidoro e Lucilla, que foram afetados pelas decisões políticas dos anos 50 e 60 quando a escola era para poucos e não tiveram a oportunidade de conclusão do ensino fundamental: será que haverá tempo de pagamento da dívida histórica dos 14,6 milhões de cidadãos (IBGE, Censo 2010) pelo Brasil afora que, assim como eles, estão na condição de analfabetos absolutos ou funcionais?

Aos meus filhos, João Paulo e Débora, nos quais também vejo os 24 milhões de cidadãos que atualmente frequentam o ensino fundamental das escolas públicas (Inep, Censo escolar 2013): será que em tempo haverá garantias para que a educação deles seja de qualidade? Coincidentemente os dois farão Prova Brasil nos anos de 2015, 2017, 2019 e 2021.

Ao Ronan, amado e parceiro da vida de cada dia.

## **Conclusões de Aninha**

Estavam ali parados. Marido e mulher.  
Esperavam o carro. E foi que veio aquela da roça  
tímida, humilde, sofrida.  
Contou que o fogo, lá longe, tinha queimado seu rancho,  
e tudo que tinha dentro.  
Estava ali no comércio pedindo um auxílio para levantar  
novo rancho e comprar suas pobrezinhas.

O homem ouviu. Abriu a carteira tirou uma cédula,  
entregou sem palavra.  
A mulher ouviu. Perguntou, indagou, especulou, aconselhou,  
se moveu e disse que Nossa Senhora havia de ajudar  
E não abriu a bolsa.  
Qual dos dois ajudou mais?

Donde se infere que o homem ajuda sem participar  
e a mulher participa sem ajudar.  
Da mesma forma aquela sentença:  
"A quem te pedir um peixe, dá uma vara de pescar."  
Pensando bem, não só a vara de pescar, também a linhada,  
o anzol, a chumbada, a isca, apontar um poço piscoso  
e ensinar a paciência do pescador.  
Você faria isso, Leitor?  
Antes que tudo isso se fizesse  
o desvalido não morreria de fome?  
Conclusão:  
Na prática, a teoria é outra.

*Cora Coralina*

## **RESUMO**

A pesquisa apresenta revisão de literatura das teses e dissertações defendidas no período de 2007 a 2012 com o intuito de observar os usos e concepções do Ideb circunscritos nestas pesquisas. Para contextualização do tema, são apresentados fatores que influenciaram a decisão governamental de formulação do Ideb, bem como a descrição da política em seu propósito de monitoramento da qualidade da educação. Desde a publicação do Ideb e com crescimento acentuado nos anos seguintes, várias pesquisas utilizaram os resultados do Ideb como indicador de qualidade e, portanto, como critério de seleção de amostra comparativa (baixo/alto) para análise de fatores da qualidade em educação. Nota-se que o indicador tem sido fonte de informação, mas a área carece de estudos que analisem os diferentes fatores que impactam no resultado final do Ideb de forma a subsidiar possível revisão da composição do indicador de qualidade. O Ideb, embora com limitações em sua composição, tem proporcionado um novo momento no debate da qualidade da educação básica brasileira.

Palavras-Chave: Ideb, avaliação da educação, qualidade da educação.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 – AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	15
GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE PRODUÇÕES DE TESES E DISSERTAÇÕES QUE MENCIONAM O TERMO IDEB .....	30
GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE PRODUÇÕES DE TESES E DISSERTAÇÕES COM REFERÊNCIAS DIRETAS AO IDEB .....	34
GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE PRODUÇÕES DE TESES E DISSERTAÇÕES COM REFERÊNCIAS INDIRETAS AO IDEB .....	37

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 - PRODUÇÕES DE TESES E DISSERTAÇÕES POR REGIÃO.....	31
TABELA 2 - PESQUISAS QUE MENCIONAM O TERMO IDEB.....	32
TABELA 3 - PESQUISAS QUE MENCIONAM O TERMO IDEB APÓS ANÁLISE DOS DADOS .....	32
TABELA 4 - BLOCOS ORGANIZADOS PARA ANÁLISE DOS DADOS .....	33

## **LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS**

ANA	-	Avaliação Nacional da Alfabetização
ANEB	-	Avaliação Nacional da Educação Básica
ANRESC	-	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
IDEB	-	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	-	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	-	Ministério da Educação
OCDE	-	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAC	-	Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)
PDE	-	Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE),
PISA	-	Programme for International Student Assessment
PNAIC	-	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
SAEB	-	Sistema de Avaliação da Educação Básica
TRI	-	Teoria de Resposta ao Item
UNESCO	-	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 FATORES CONDICIONANTES PARA A FORMULAÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) .....</b>	<b>12</b>
<b>3 CONCEITOS E INTENCIONALIDADES NO POSICIONAMENTO DO INEP ....</b>	<b>17</b>
3.1 O DEBATE PROPOSTO POR REYNALDO FERNANDES .....	17
3.2 CONTEÚDOS E CONCEITOS NAS NOTAS TÉCNICAS .....	20
3.2.1 Nota Técnica 1: Concepções.....	20
3.2.2 Nota Técnica 2: Metodologia para elaboração das metas intermediárias.....	21
3.2.3 Nota técnica 3: Metodologia de compatibilização de desempenho do PISA com a escala do SAEB .....	24
3.3 PUBLICAÇÕES SOBRE O IDEB NO SITE DO INEP .....	25
<b>4 CONCEPÇÕES E USOS DO IDEB NAS TESES E DISSERTAÇÕES .....</b>	<b>30</b>
4.1 INFERÊNCIAS DIRETAS: ANÁLISE DO BLOCO 1 .....	34
4.2 MENÇÕES E USOS: ANÁLISE DO BLOCO 2 .....	37
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>40</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>43</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Cora Coralina (1909-1985), poetisa goiana, frequentou por apenas três anos os bancos escolares. Provavelmente não teve a oportunidade de escolarização por não ser obrigatória a frequência, não ter escolas ou até mesmo pela cultura de uma época que não entendia a educação como um direito de todos. Aprendeu com os embates da vida. Com seus poemas ensina a sensibilidade para olhar o outro, especialmente daquele que precisa de maiores cuidados.

No poema apresentado na epígrafe deste trabalho, as “Conclusões de Aninha”, constata-se também o dilema que envolve os estudos em políticas educacionais, a saber, quais ações se fazem necessárias para a efetivação do direito à educação de qualidade e o quanto é possível esperar para a consolidação destas mudanças. Daí a importância das pesquisas e embates políticos para que o cidadão brasileiro acesse o quanto antes ao que lhe é de direito: a educação de qualidade.

Com a Constituição Federal de 1988 e seus desdobramentos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e outras decisões governamentais, o grau de controle social e exigência de qualidade para com a educação básica tem aumentado. Em consequência, faz-se necessário desenvolver formas de monitoramento desta qualidade. Embora limitado e passível de críticas, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) lançado em 2007 como uma política nacional de monitoramento da educação, agrega dois fatores inegáveis da qualidade: a aprovação e a aprendizagem.

Ortigão e Aguiar (2013, p. 367) mencionam em seu trabalho o relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) sobre a educação mundial publicado em 2010, o qual aponta que, entre os 41 países da América Latina e Caribe, o Brasil é o país que mais reprova na educação básica. Se reprovação implicasse em maior aprendizado, por consequência os resultados deveriam ser melhores em avaliações de larga escala. Mas não é o que tem acontecido.

Na edição do *Programme for International Student Assessment* (Pisa)<sup>1</sup> de 2000, na qual foi avaliado o desempenho de estudantes com 15 anos em 32 países, o Brasil ficou na última colocação. Em análise deste resultado, Oliveira e Araújo (2005, p. 15) destacavam que 56% dos estudantes brasileiros que participaram da avaliação naquela ocasião “conseguem, no máximo, compreender textos simples”. Estes posicionamentos sinalizam para a urgência de providências no encaminhamento das políticas educacionais em prol da qualidade da educação.

A participação da academia é fundamental para o posicionamento crítico frente às políticas educacionais, e não apenas pelo resultado da produção teórica e empírica. O pesquisador é um sujeito político que em seu âmbito de atuação dispõe de conhecimentos especializados que subsidiam as decisões políticas.

O desafio que se impõe ao pesquisador, conforme destacam pesquisadores em políticas educacionais é compreender o movimento das demandas e decisões:

(...) o que e como se constitui a agenda política (a pressão social), o que e como se institui a política propriamente dita (as decisões governamentais), a sua execução e os resultados desse processo, com vistas a se saber os desenhos e os movimentos da ação do Estado ante as demandas, mesmo as pouco reconhecidas, por educação (SOUZA, GOUVEIA E TAVARES, 2012, p. 15).

Como subsídio para a revisão de literatura, objetivo intencionado para esta pesquisa, o primeiro capítulo contextualiza a produção da agenda política e os fatores que pressionaram a decisão governamental para a formulação do Ideb. O segundo capítulo apresenta o conteúdo da política, a saber, os elementos que compõem o indicador, tendo por referencial o conteúdo informado pelo formulador da política, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Por fim, foram analisados os resumos de 137 trabalhos (teses e dissertações) defendidos entre os anos de 2007 a 2012, com o intuito de observar os usos e concepções do Ideb circunscritos nestas pesquisas.

---

<sup>1</sup> Programa Internacional de Avaliação de Estudantes.

## **2 FATORES CONDICIONANTES PARA A FORMULAÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)**

A “garantia de padrão de qualidade” é um princípio do ensino previsto na Constituição Federal de 1988 (art. 206, VII). Isto significa que a qualidade deve ser parâmetro norteador das ações educativas institucionalizadas. Romualdo Portela de Oliveira e Gilda Cardoso de Araújo publicaram em 2005 pela Revista Brasileira de Educação um texto apresentado na Anped de 2003 (há 10 anos e tão atual!) no qual o debate está centrado na qualidade como uma nova dimensão do direito à educação. Os autores recordam que a LDB de 1996 reconhece a qualidade da educação como inerente ao direito de ensino obrigatório e gratuito, com característica de direito público subjetivo e que, nesta condição, os governantes podem ser “responsabilizados juridicamente pelo seu não oferecimento ou por sua oferta irregular” (OLIVEIRA E ARAÚJO, 2005, p. 5).

O conceito de qualidade na educação não é consensual e tem passado por mudanças históricas, na medida em que patamares básicos são atingidos. Oliveira e Araújo (2005) mencionam três fases distintas, mas não subsequentes marcadas principalmente pela falta/déficit de acesso, fluxo e aprendizagem. Inicialmente, construir escolas para possibilitar o acesso das populações excluídas da escola foi sinônimo de qualidade da educação. Uma vez que a universalização do ensino fundamental é atingida, a concepção de escola de qualidade passa a ser a superação do alto grau de repetência e abandono. Por fim, ao serem superados parcialmente os desafios de acesso e fluxo, novo desafio se impôs: o de avaliar a aprendizagem, fator desencadeante das políticas de avaliação em larga escala dos anos 90 e seguinte.

Embora o movimento das políticas sinalize um encadeamento da qualidade entendida como acesso, fluxo e posteriormente aprendizagem, Saviani (2007) lembra que os educadores têm papel fundamental na luta pela qualidade da educação:

Efetivamente, a luta dos educadores pela qualidade da educação pública começa na década de 1920, com a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924; adquire visibilidade com o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, e com a Campanha em Defesa da Escola Pública, na virada da década de 1950 para os anos de 1960, na fase final da tramitação do projeto de LDB; prossegue com as

Conferências Brasileiras de Educação da década de 1980 e com o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na Constituinte e na nova LDB; desemboca na elaboração da proposta alternativa de Plano Nacional de Educação nos Congressos Nacionais de Educação de 1996 e 1997; e se mantém com grandes dificuldades neste início do século XXI, na forma de resistência às políticas e reformas em curso e na reivindicação por melhores condições de ensino e de trabalho para os profissionais da educação (SAVIANI, 2007, p. 1.243).

Segundo Minhoto (2012, p. 165 e 166), a garantia de padrão de qualidade, é oficializado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 sob a forma de “procedimentos de avaliação externa com o objetivo de induzir e cobrar dos sistemas de ensino o referido padrão de qualidade”. Segundo a autora, estes processos exercem dupla função: uma delas é produzir informações ou evidências necessárias à definição de prioridades, enquanto que a outra função está na formulação de políticas educacionais e indução de mudanças previamente estruturadas.

Além de responder ao conteúdo desencadeado pela Constituição Federal de 1988, a expansão das políticas de avaliação da qualidade da educação coincide com políticas semelhantes desenvolvidas na América Latina, conforme Trojan (2012) apresenta em estudos comparativos:

Os sistemas nacionais de medição e avaliação do rendimento escolar foram criados em todos os países da região, com exceção de Cuba, como peça-chave da nova gestão e do novo papel do Estado. O grau de generalização foi tal que, em 1995, foi criado o Instituto Latino Americano de Avaliação da Qualidade da Educação, o LLECE, coordenado pela Unesco (TROJAN, 2012, p. 65).

Em âmbito nacional, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é composto atualmente por três processos de avaliação em larga escala, conforme a Portaria 482 de 07 de junho de 2013, publicada pelo MEC.

Avaliação Nacional da Educação Básica - Aneb: iniciada em 1990, esta forma de avaliação passou por diferentes modelos, até que em 1995, com o uso da Teoria de Resposta ao Item (TRI) foi possível elaborar uma metodologia que possibilita comparações, viabilizando melhores usos das avaliações.

O princípio básico que dá suporte à TRI é bastante simples: cada indivíduo possui uma habilidade latente e não observável, que se convencionou chamar de proficiência, cujo valor determina a probabilidade de acerto de uma pergunta ou item, que mede essa mesma habilidade. Tanto a dificuldade de um item como a proficiência de uma pessoa podem ser expressas em uma única escala (SOARES E NASCIMENTO, 2012, p. 73).

Para a Aneb, desde a edição de 2001 mantem-se um histórico de resultados de avaliações bianuais (6 edições: 2001, 2003, 2005, 2007, 2009 e 2011) nas áreas

de língua Portuguesa e matemática com amostra de turmas com mais de 10 estudantes de 5º e 9º anos do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio em escolas públicas e privadas da zona urbana e rural. Pela característica amostral, os resultados são apresentados por unidades da federação, regiões e Brasil. O objetivo principal é “avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação brasileira”, conforme ratifica a referida portaria,

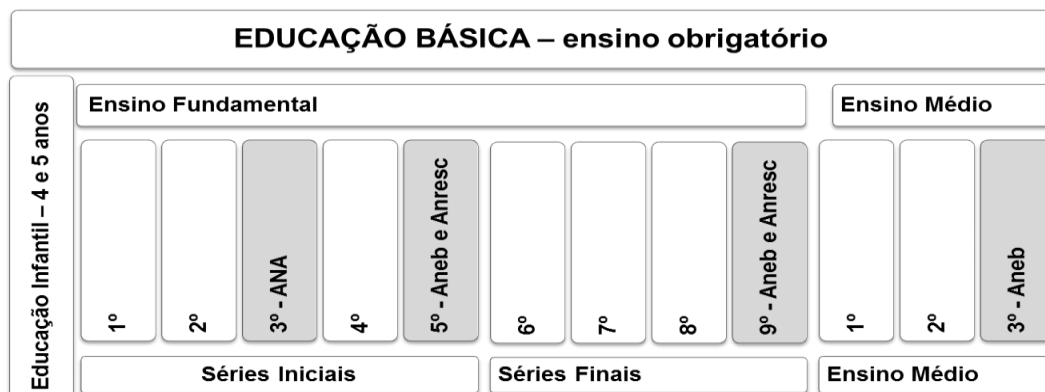
Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - Anresc: derivada da Aneb com a mesma metodologia, esta avaliação foi instituída em 2005 e é conhecida como Prova Brasil. Avalia-se bianualmente a proficiência de leitura em língua portuguesa e resolução de problemas em matemática, com aplicação censitária em turmas de 5º e 9º ano com mais de 20 alunos de escolas públicas de zona rural e urbana. O objetivo central é avaliar a qualidade da educação na unidade escolar. O modelo censitário possibilita resultados por escola e por ente federativo. Diferentemente da Aneb, esta avaliação não abrange os alunos de 3º ano do ensino médio de escolas públicas e particulares, bem como alunos de escolas particulares do ensino fundamental ou turmas com menos de 20 alunos em escolas públicas.

Avaliação Nacional da Alfabetização - ANA: este modelo de avaliação foi instituído em 2013 pela Portaria acima mencionada e trata-se de um novo processo de avaliação que compõe o Saeb. O intuito é avaliar os níveis de alfabetização e letramento em língua portuguesa e alfabetização em matemática de estudantes do 3º ano do ensino fundamental de escolas públicas. Além de produzir informações sobre as unidades escolares, esta avaliação tem por objetivo “avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência (incluindo as condições de oferta) do Ciclo de Alfabetização das redes públicas”, segundo a portaria.

Estes processos de avaliação estão situados estrategicamente na última série de etapas demarcadoras (3º, 5º e 9º anos do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio), denotando a opção política pelo diagnóstico de problemas no ensino, via aferição do grau de proficiência adquirido ao término da etapa (QUADRO 1).

O 3º ano do ensino fundamental demarca a previsão de término do ciclo de alfabetização, conforme estabelecido na Portaria nº 867 de 4 de julho de 2012 que instituiu o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC); no 5º ano é estabelecida a última série, especialmente em redes que municipalizaram as séries iniciais do ensino fundamental; o 9º ano demarca o término do ensino fundamental e, o com o 3º ano do ensino médio finaliza-se a educação básica.

## QUADRO 1 – AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA NA EDUCAÇÃO BÁSICA



FONTE: site do Inep. Elaboração da autora.

Mesmo com avaliação censitária para a Anresc e ANA, a escola terá acesso apenas aos resultados globais, reforçando o propósito de monitoramento do desempenho da escola e dos sistemas de ensino (e não dos alunos), tendo por objetivo final servir de subsídio para a formulação de políticas que visam à “qualidade”, “equidade” e “eficiência”, conforme anunciado pelo próprio Saeb.

É no contexto de pressão social por resultados na aprendizagem, especialmente diante do baixo desempenho dos estudantes nas avaliações em larga escala, que em 2007 o Governo Lula e o então ministro da educação, Fernando Haddad, apresentaram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), tendo por eixo central o monitoramento da qualidade da educação por meio do Ideb.

Saviani (2007) analisa a proposição de monitoramento da qualidade da educação e contextualiza o surgimento do Ideb no conjunto de ações do Governo Federal:

Ao que parece, na circunstância do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) pelo governo federal, cada ministério teria que indicar as ações que se enquadrariam no referido Programa. O MEC aproveitou, então, o ensejo e lançou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e a ele atrelou as diversas ações que já se encontravam na pauta do Ministério, ajustando e atualizando algumas delas. Trata-se, com efeito, de ações que cobrem todas as áreas de atuação do MEC, abrangendo os níveis e modalidades de ensino, além de medidas de apoio e de infra-estrutura (SAVIANI, 2007, p. 1.233).

Após o lançamento do PDE, o MEC publica o Decreto 6.094 de 24 de abril de 2007 no qual apresenta o “Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação”, explicitando a função do Ideb em seu artigo 3º:

A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos,

constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil).

O Projeto de Lei 8.035/2010 que trata do Plano Nacional de Educação 2011-2020 (ainda sem aprovação final) incorpora o monitoramento da qualidade da educação por meio do Ideb. No artigo 11 explicita que o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica terá por intuito avaliar a qualidade da educação básica e servir de subsídio para políticas públicas. A avaliação deve apresentar indicadores de rendimento escolar e indicadores de avaliação institucional. O mesmo documento alerta que a divulgação do Ideb não substitui a divulgação dos resultados dos indicadores isoladamente.

Para tanto, faz-se necessário explicitar a proposição do indicador educacional e deixar o alerta: será que a régua da qualidade capturada pelo fluxo e aprendizagem é suficiente para atender às expectativas de educação do cidadão brasileiro?



### 3 CONCEITOS E INTENCIONALIDADES NO POSICIONAMENTO DO INEP

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é uma autarquia do governo federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Tem por missão “promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro” com o objetivo de “subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral” (INEP, 2013).

Para a apreensão dos conceitos e intencionalidades vinculados à formulação do Ideb, nesta pesquisa serão utilizadas como fonte de informações as publicações do INEP/MEC na forma de notas técnicas e notícias, além de um documento específico que apresenta elementos para o debate acerca da proposição do índice.

#### 3.1 O DEBATE PROPOSTO POR REYNALDO FERNANDES

O documento intitulado “Texto para discussão nº 26: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)” foi publicado em 2007, pelo então Presidente do Inep, Reynaldo Fernandes. Deduz-se que um texto para discussão abriria o debate acerca do tema. No entanto, o texto tornou-se público após o anúncio da implementação do Ideb.

O autor do texto elucida que o referido índice tem por objetivo monitorar a permanência e aprendizagem dos estudantes que frequentam o ensino fundamental e médio. Nas palavras de Fernandes, “um sistema ideal seria aquele no qual todas as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçassem tempo com repetências, não abandonassem os estudos precocemente e, ao final de tudo, aprendessem” (FERNANDES, 2007, p. 7).

Para explicitar a escolha conceitual, Fernandes apresenta possíveis modelos de monitoramento da educação, focados especificamente na idade, tempo de escolaridade ou término de etapas. Para entender a escolha, no texto as

modalidades são diferenciadas a fim de explicitar o modelo que melhor adequa-se às expectativas de monitoramento da educação brasileira.

Avaliar em determinada idade: exemplo desta avaliação é o Pisa que avalia alunos de 15 anos, independente da série em curso. Neste caso, a medida de desempenho é aplicável apenas para o País como um todo, “impedindo que a medida de desempenho seja aplicável às escolas e redes de ensino” (FERNANDES, 2007, p. 8).

Avaliar ao final de um determinado tempo de permanência na escola: avalia-se, por exemplo, o que o aluno sabe após quatro anos de escolarização (independente da série). Esta forma de avaliação seria adequada para monitorar o sistema de ensino como um todo, mas “menos adequada para monitorar redes de ensino e escolas, isto porque muitas escolas e redes de ensino são especializadas em determinadas etapas da educação básica” (FERNANDES, 2007, p. 9).

Avaliar ao final de determinada etapa de ensino: o sucesso educacional é avaliado ao final de etapas demarcadoras e, para isso é necessário considerar o fluxo, pois há alunos que utilizaram tempo maior para conclusão da etapa (alunos repetentes).

Para a constituição do Ideb optou-se por esta última forma de avaliação, ou seja, avaliar o estudante ao final de determinada etapa de ensino: 5º e 9º ano do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio, sendo, segundo o autor, o mais adequado no momento para a educação brasileira.

Para tanto, os indicadores foram sistematizados da seguinte forma:

- a) **Média em avaliação padronizada:** com referência nos resultados do Saeb e Prova Brasil;
- b) **Fluxo escolar:** média de aprovação de todos os alunos que estão cursando a etapa de ensino e não apenas dos que a concluem.

O autor apresenta duas motivações para a formulação deste indicador sintético de desenvolvimento educacional: “detectar escolas e/ou redes de ensino cujos alunos apresentem baixa performance; e monitorar a evolução temporal do desempenho dos alunos dessas escolas e/ou redes de ensino” (FERNANDES, 2007, p. 8).

A combinação destes indicadores possibilita aglutinar informações diferentes e gerar um único índice, com parâmetros de análise acerca da possível “taxa de troca” entre a probabilidade de aprovação e proficiência dos estudantes. Nas

palavras de Fernandes (2007, p. 8), “o indicador torna claro o quanto se está disposto a perder na pontuação média do teste padronizado para se obter determinado aumento na taxa média de aprovação”. Isto porque, “o Ideb é crescente com a proficiência média dos estudantes e decrescente com o tempo médio de conclusão” (FERNANDES, 2007, p. 10).

Segundo Fernandes (2007, p. 11), usualmente a retenção de alunos acontece com base em três justificativas: a primeira é possibilitar ao aluno a recuperação para prosseguir no sistema de forma mais apropriada; o segundo tem por enfoque incentivar o aluno a aumentar seu empenho na obtenção de habilidades e conhecimentos e, por fim, o terceiro impede que alunos com baixo desempenho avancem e posteriormente atrapalhem os alunos em estágio mais avançado. Para o autor, apenas a primeira justificativa de retenção é válida, se ocorrer em circunstâncias em que a escola esteja preparada para trabalhar de forma diferenciada com o aluno repetente. E, para não motivar aprovação ou reprovação aleatória, a formulação final do Ideb “levaria as escolas a operarem com baixas taxas de reprovação, a não ser que repetências tenham um forte impacto positivo no aprendizado dos alunos (repetentes ou não)” (FERNANDES, 2007, p. 15).

Nas considerações finais, Fernandes (2007, p. 16 e 17) anuncia ser possível aprimorar a elaboração do Ideb para “maximizar o ‘bem-estar’ dos alunos”, como por exemplo:

Incluir a dispersão das notas, ao invés de se considerar apenas o desempenho médio (...), aprimorar nosso entendimento de como as escolas podem afetar o desempenho médio dos concluintes (...) e avançar nossos conhecimentos sobre as consequências, para a vida futura dos estudantes, de se adotar diferentes padrões de aprovação por parte das escolas.

A apresentação do referido documento é feito por Oroslinda Maria Taranto Goulart, então Diretora de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais do Inep. Ela acentua a necessidade emergente de que o sistema de ensino no Brasil seja monitorado por padrões e critérios nacionais e que seja estabelecido um “padrão de qualidade na educação do País”.

No desenvolvimento do texto, os motivos do Ideb estão focados na ideia de monitorar. Inclusive, em nota de rodapé, Fernandes (2007, p. 8), propõe:

As autoridades educacionais poderiam, por exemplo, financiar programas para promover o desenvolvimento educacional de redes de ensino em que os alunos apresentem baixo desempenho. Assim, monitorar as redes financiadas, para verificar se elas apresentam uma melhora de desempenho, é fundamental. Aliás, o financiador poderia estipular

previamente o avanço desejado no indicador como contrapartida para a liberação de recursos.

Para detalhar concepções e metodologias que deram suporte à elaboração do Ideb, o Inep publicou no site oficial três notas técnicas que abordam respectivamente as concepções, metodologia para composição das metas intermediárias e metodologia de compatibilização Saeb/Pisa e que serão apresentadas nos itens que seguem.

## 3.2 CONTEÚDOS E CONCEITOS NAS NOTAS TÉCNICAS

As notas técnicas são apresentadas pelo site do Inep de forma dispersa e em resposta a variadas perguntas que explicitam o Ideb. E, pelo raro conteúdo explicativo que o Inep divulgou acerca do Ideb, estes documentos se constituem em elementos chaves para a compreensão das concepções e metodologias que fundamentam a elaboração do indicador.

### 3.2.1 Nota técnica 1: Concepções

Neste documento, oficialmente o Inep declara que o Ideb foi definido como “indicador de qualidade educacional” ao combinar desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb) e rendimento escolar (taxa média de aprovação dos estudantes na etapa de ensino).

A intenção do indicador é captar a qualidade da educação nestes dois aspectos da educação, pois segundo esta nota técnica que retoma o argumento de Fernandes (2007, p. 7), o ideal de um sistema de ensino “seria aquele em que todas as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçassem tempo com repetências, não abandonassem a escola precocemente e, ao final de tudo, aprendessem” (p.1).

O texto reconhece que os indicadores de aprendizagem e aprovação estão posicionados em péssimos patamares, considerando-se as elevadas taxas de

repetência, abandono e baixa proficiência nos exames padronizados. Sendo assim, “indicadores como o Ideb são desejáveis por permitirem o monitoramento do sistema de ensino do País” (p. 2).

O texto retoma e detalha um pouco mais a relevância do monitoramento defendida por Fernandes no texto para discussão nº 26 (2007, p. 8), acrescentando que o foco será rendimento e proficiência:

Sua importância, em termos de diagnóstico e norteamiento de ações políticas focalizadas na melhoria do sistema educacional, esta em: a) detectar escolas e/ou redes de ensino cujos alunos apresentem baixa performance em termos de rendimento e proficiência; b) monitorar a evolução temporal do desempenho dos alunos dessas escolas e/ou redes de ensino (INEP – Nota Técnica 1, p. 2).

Na sequência o texto demonstra o cálculo empreendido que resultará no Ideb. O cálculo combina média da proficiência em língua portuguesa e matemática dos estudantes que realizaram determinada edição do exame (Saeb ou Prova Brasil) ao final da etapa educacional com as médias de aprovação dos estudantes da mesma etapa de ensino.

Para cálculo da proficiência, o Ideb tem por referência a escala de proficiências elaborada com os resultados do Saeb de 1997 e que será detalhado na nota técnica nº 3.

### **3.2.2 Nota técnica 2: Metodologia para elaboração das metas intermediárias**

Esta nota técnica anuncia que o “Compromisso Todos pela Educação - Ministério da Educação” definiu uma meta nacional para o Ideb. Em 2022, ano em que serão comemorados duzentos anos de Independência do Brasil, o país deverá atingir o Ideb 6,0 para as séries iniciais. Para isso, o documento explica a metodologia de composição das metas intermediárias e projeção do Ideb para o Brasil, Estados, Municípios, redes de ensino e escolas.

O texto apresenta três premissas para composição do cálculo. A primeira explicita que as trajetórias atendem a uma função logística, ou seja, haverá um momento que as aprovações poderão atingir 100% exigindo-se notas maiores de proficiência e, quanto maior o nível das notas, mais difícil será seu crescimento. A segunda premissa detalha o fator de contribuição das escolas e redes na redução das desigualdades de proficiência e rendimento para atingir a convergência dos

Idebs no médio e longo prazo. Por fim, a terceira premissa aborda o esforço necessário a ser empreendido por cada rede de ensino para que o Brasil alcance a meta estipulada no tempo adequado.

Para composição da projeção e “velocidade” a ser empregada ano a ano e compor as metas intermediárias o Inep teve por referência as seguintes informações: valor do Ideb inicial, valor da meta para o Ideb e tempo para atingir a meta.

Para a formulação da projeção seguiu-se metodologicamente quatro passos subsequentes:

### ***Passo 1: Cálculo das metas intermediárias para o Brasil***

A meta do Ideb 6,0 para o Brasil é um patamar a ser alcançado em todos os níveis de ensino, considerando a rede pública e privada do país, sendo atingida de forma escalonada:

- a) 2021: 1ª fase do ensino fundamental
- b) 2025: 2ª fase do ensino fundamental
- c) 2028: Ensino Médio

Segundo o documento, a definição da meta tem por referência a média que atualmente os países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresentam em termos de proficiência para alunos dos anos iniciais do ensino fundamental. Argumenta-se que para usufruir da comparação internacional foi aplicada uma “técnica de compatibilização” entre a distribuição das proficiências observadas no Pisa e no Saeb (p. 4). O texto não apresenta maior detalhamento, o que será feito na Nota Técnica 3.

### ***Passo 2: Cálculo das metas intermediárias para os Estados e Municípios***

Para que o Brasil atinja a meta escolhida no prazo definido, cada escola, município e estado deverá empreender esforço específico, considerando-se seu Ideb inicial. As metas intermediárias do Ideb e o tempo necessário para atingi-la são definidos com base em objetivo de longo prazo, ou seja, tendo em vista a convergência entre as redes.

Desta forma, não significa que a meta 6,0 será alcançada pelas redes conforme o mesmo cronograma estabelecido para o Brasil (passo 1). Cada escola,

município e estado terá diferentes níveis de esforço para que em 2096 a desigualdade apresentada pelo Ideb desapareça e todos alcancem o Ideb 9,90.

### ***Passo 3: Taxa de aprovação mínima para a projeção das metas intermediárias***

O ponto de partida para projeção das metas intermediárias será sempre o Ideb inicial. Para a escola, município ou estado com baixo Ideb, algumas situações serão constatadas: exigência de maior tempo para convergência entre as redes; a meta para 2021 será baixa em relação à meta do Brasil; se a nota for baixa por causa de erros na taxa de aprovação registradas no Censo Educacional será muito fácil atingir ou superar a meta, tão logo os erros sejam corrigidos.

Para elaboração da taxa de aprovação mínima, o texto considera ser possível incorrer em erro de registro no censo, como explicitado acima, mas também aplica a hipótese de que “em alguns casos de municípios e UFs, o Ideb com valor baixo em 2005 é resultado de uma taxa de aprovação muito baixa, que pode estar ligado a falhas na política educacional da rede” (p. 7). As “falhas” não foram detalhadas pelo texto, mas pelo contexto pode-se concluir que sejam políticas relacionadas ao fluxo escolar.

Para equacionar possíveis desvios, municípios que apresentaram taxas de aprovação menor que 65% tiveram este indicador arredondado para 65%. Os demais não sofreram alteração. A nota técnica exemplifica alterações significativas nos números para a projeção do Ideb destes municípios quando aplicado o mínimo de 65% para a taxa de aprovação<sup>2</sup>. O texto não apresenta o percentual de municípios atingidos com o arredondamento, nem mesmo o impacto desta projeção.

### ***Passo 4: Processo de suavização das metas intermediárias***

Os parâmetros para suavização das metas intermediárias consideram que o grupo de estudantes em curso durante a implementação do Ideb não terá a mesma resposta dos que ingressarão posteriormente, considerando a adesão a esta forma de monitoramento da educação.

---

<sup>2</sup> O texto exemplifica com alguns municípios o processo de composição da meta para visualização do impacto. Exemplo, município A: no contexto da aplicação do mínimo de 65% para a taxa de aprovação, município apresenta Ideb 3.1 em 2005 e tem como meta para 2021 o Ideb 5.4. Sem a aplicação desta taxa, município apresenta em 2005 Ideb de 0.3, tendo como meta para 2021 o Ideb 1.2.

Desse modo, espera-se crescimento mais rápido do Ideb na medida em que novos alunos ingressam nas fases da educação básica, equalizando o esforço de cada escola ou rede de ensino “para que o País atinja em 2022 o nível de qualidade desejável à educação brasileira” (p. 10).

### **3.2.3 Nota técnica 3: Metodologia de compatibilização de desempenho do PISA com a escala do SAEB.**

Esta nota explicita a metodologia de compatibilização entre o desempenho do Saeb e Pisa, tendo por referência o ano de 2003. Assim, é possível comparar o desempenho de alunos brasileiros no Saeb com os resultados de alunos brasileiros e estrangeiros no Pisa.

O texto apresenta limitações de execução desta compatibilização, especificamente devido às diferenças entre as metodologias utilizadas no Saeb e no Pisa:

- a) Escalas de proficiência: as escalas são diferentes;
- b) Itens das provas: não possuem itens comuns;
- c) Participantes: para o Pisa são envolvidos alunos de 15 anos (independente da série) enquanto que no Saeb há participação do estudante da série final de cada etapa (5º e 9º ano do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio).
- d) Matriz de referência em língua portuguesa: o Pisa avalia a capacidade de leitura enquanto que o Saeb avalia o conhecimento do aluno em língua portuguesa com ênfase em leitura.

Apesar das diferenças, a nota técnica afirma que é possível fazer a compatibilização, seguindo-se dois passos.

1º passo: estabelecer uma “nota de referência” (p. 1) no Pisa e localizar a correspondência aproximada no Saeb, que pode ser a média ou mediana dos participantes (estudantes ou países).

2º passo: verificar qual o percentual de estudantes brasileiros posicionados acima da nota de referência do Pisa e aplicar o mesmo percentual para a escala do



Saeb (separadamente nas escalas de língua portuguesa e matemática) para obter no Saeb a nota correspondente.

Para a compatibilização da avaliação de 9º ano foi mais simples, considerando-se que a os participantes do Pisa são estudantes de 15 anos e que predominantemente os alunos tem esta mesma idade. Para o 5º ano do ensino fundamental e 3º ano de ensino médio partiu-se da hipótese de que a relação observada no 9º ano seria a mesma, caso houvesse Pisa para estas séries.

O texto apresenta argumentos estatísticos limitando-se à expressão “hipótese”, sem justificar as escolhas. Por fim, não explicita, no passo 1 qual foi a opção pela nota de referência (média dos estudantes, média da OCDE, ou a mediana).

### 3.3 PUBLICAÇÕES SOBRE O IDEB NO SITE DO INEP

O site do Inep dispõe de página específica para o assunto Ideb no qual são respondidas questões básicas: o que é, para que serve, como o Ideb é calculado, metodologias, o que são as metas e como são calculadas. Além destas informações técnicas, a página disponibiliza o histórico das divulgações com um link ao sistema de consultas a resultados do Ideb e notícias.

As notícias são publicadas pela assessoria de imprensa do Inep e traduzem também as concepções que embasam a proposta de monitoramento do Ideb. Daí sua importância em torná-las conhecidas neste texto.

#### **Abril de 2007 – “Qualidade do sistema educacional será medida por desempenho e taxa de aprovação”**

A intenção da nota é anunciar que o Inep coloca à disposição da sociedade para consulta e mobilização, os resultados de 2005 por município e unidade da federação, incluindo-se as metas bienais. O texto sinaliza que estes resultados podem ser comparados.

No texto há insistência que o Ideb “materializa metas de qualidade para a educação básica”. Note-se que desde as primeiras publicações é atribuído ao Ideb o potencial de mensuração da qualidade do sistema educacional brasileiro, qualidade

esta sintetizada e simplificada no desempenho e aprovação, objetivando atingir a nota de países desenvolvidos (6,0) até 2022, o ano do bicentenário da independência do Brasil.

Superficialmente a nota afirma que é “consenso para todos os especialistas da educação” que o sistema de ensino ideal “é aquele em que todas as crianças e adolescentes têm acesso ao ensino, não desperdiçam tempo com repetências, não abandonam a escola e aprendem”.

A relação estabelecida entre o Ideb e o Plano de Desenvolvimento da Educação explicita a função do Ideb como “monitoramento objetivo” ao cumprir a função de diagnóstico e norteamiento de ações políticas com ênfase na “melhoria do sistema educacional”.

#### **Junho de 2007 – “Ideb está disponível também por escola”**

Por ocasião da publicação do Ideb por escola, o Inep publica uma nota explicitando as metas do Brasil para 2021 e que o Ideb possibilitará que os gestores e a sociedade em geral conheçam as metas que cada instituição escolar terá que atingir neste mesmo prazo. Brevemente aborda o conceito de “taxa de troca”, sinalizando que tanto a aprovação como a retenção sem aprendizagem indicam necessidades de melhoria na rede. Segundo a nota, “a inovação está no monitoramento objetivo de cada rede e cada escola do sistema de ensino brasileiro, em termos de diagnóstico e norteamiento de ações políticas focalizadas na melhoria do sistema educacional.”

#### **Junho de 2008 – “Notas do Ideb crescem em todo o país”**

Assim que se torna público o resultado do Ideb de 2007, o Inep comemora os resultados com a informação de que nesta edição foi possível alcançar as metas propostas para 2009 e que o Ideb cresceu em todas as regiões do país. Dentre vários exemplos citados no texto, repete-se a chamada de atenção para o Nordeste que tinha 3,0 como meta para séries iniciais e, na edição de 2007 atingiu o patamar de 3,5. A superação das metas e o aumento do Ideb em todas as regiões são denominados de “maiores saltos de qualidade na educação”.

**Julho de 2008 – “Inep publicará em agosto lista definitiva do Ideb”**

Com a publicação do Ideb, escolas e redes recorreram ao Inep para comunicar erros nas informações. A nota explica que o Inep é depositário dos dados e não pode alterá-los, por isso abriu um período para retificações para então publicar nova versão do Ideb.

**Agosto de 2008 – “Publicado Ideb consolidado”**

A nota explica que o Inep avaliou as solicitações de retificações e fez as alterações consideradas pertinentes. As mudanças aplicaram-se a algumas escolas e redes, com pouco impacto (e positivo) nos resultados do Ideb dos respectivos estados. A nota ainda disponibiliza link para uma base de dados com o nome dos municípios e escolas que tiveram o Ideb alterado.

O impacto maior está em algumas escolas. A nota menciona o link de uma nota oficial do MEC/INEP a qual explicita as alterações dos dados do Módulo “Situação do aluno” e as retificações dos resultados da Prova Brasil para algumas escolas, apontando as implicações para o Ideb. O documento salienta o zelo no tratamento dos bancos de dados, de forma que os mesmos apresentem informações confiáveis.

**Julho de 2010 – “Inep divulga os resultados do Ideb 2009: metas de qualidade foram cumpridas”**

A partir desta nota, os textos passam a ser assinados pela “assessoria da imprensa Inep/MEC”. Esta nota apresenta que o Ideb do país cresceu e inclusive foram superadas metas projetadas para 2009. O texto preocupa-se em diferenciar que o crescimento deveu-se predominantemente às melhorias nas taxas de aprendizagem, mas com índice considerável de melhoria nas taxas de aprovação.

O texto reforça por cinco vezes a ideia de que o Ideb constitui-se indicador de qualidade quando monitora a taxa de aprovação e o desempenho nas áreas de língua portuguesa e matemática.

**Agosto de 2011 – “Boletins com os resultados consolidados da Prova Brasil 2009 por escola estão disponíveis”**

A nota argumenta que a divulgação dos resultados da Prova Brasil de 2009 passaram inicialmente pelo período de recursos interpostos pelas escolas e redes

de ensino. O Inep analisou os recursos e alterou a base de dados para os casos pertinentes.

No texto o Inep comunica que colocou à disposição resultados sintéticos comparativos do Ideb e Prova Brasil por escola para séries iniciais e finais:

Os boletins trazem informações acerca de número de participantes, médias em língua portuguesa e matemática, distribuição dos alunos nas faixas de proficiência, evolução do Ideb e indicadores educacionais como taxa de aprovação, médias de hora-aula e docentes com curso superior, para cada uma das cerca de 60 mil escolas públicas de 4ª e 8ª séries avaliadas.

### **Agosto de 2012 – “Brasil avança e atinge metas para todas as etapas”**

O texto sintetiza os números do desempenho do Brasil nas séries iniciais, finais e ensino médio, sinalizando crescimento e superação de metas para o ano de 2011.

A intenção é mostrar que houve significativo aumento do número de alunos de ensino fundamental atendidos em escolas que melhoraram seus resultados, ou seja, que alcançaram e até superaram metas. Os números são apresentados positivamente, de tal forma que gera uma falsa tranquilidade quando afirma que os resultados de 2011 apontam para 1,9 milhão de crianças que estudam em escolas com Ideb até 3,8 (quando eram 7,1 milhões em 2005).

No último parágrafo o ensino médio recebe menção discreta: “Em termos nacionais, incluídos ensino público e particular, foi igualada em 2011 a meta para o ensino médio, de 3,7.” Pela ausência de comentários e elogios, nota-se que este nível de ensino apresenta grandes problemas, como os mencionados no artigo abaixo.

### **Setembro de 2012 – “A metodologia de avaliação da educação”**

A última notícia apresenta um artigo de Luiz Claudio Costa publicado na Folha de São Paulo em 12/09/12. O artigo encarrega-se de retomar preocupações elencadas pelo ministro da educação, Aloísio Mercadante, por ocasião da publicação do Ideb de 2011. Para o ministro, é preciso debater algumas questões urgentes para não comprometer os avanços. E este ponto centra-se no ensino médio sob os seguintes aspectos:

- a) Currículo integrado em áreas de conhecimento;
- b) Avanços em direção ao tempo integral;
- c) Estudos acerca da efetividade do Saeb (amostral) para o ensino médio.

O debate no artigo alinha para a necessidade de uma avaliação censitária para o ensino médio, tal como realizado com o ensino fundamental. Tal metodologia permite apresentar médias de desempenho das instituições participantes, “propiciando um maior envolvimento das escolas, da família e da sociedade”.

Por fim, o artigo problematiza se haveria possibilidades técnicas de uso do Enem para composição do Ideb para o ensino médio, deixando o convite do ministro da educação para que sejam empreendidos esforços para estudo (e sem precipitação) da questão proposta.

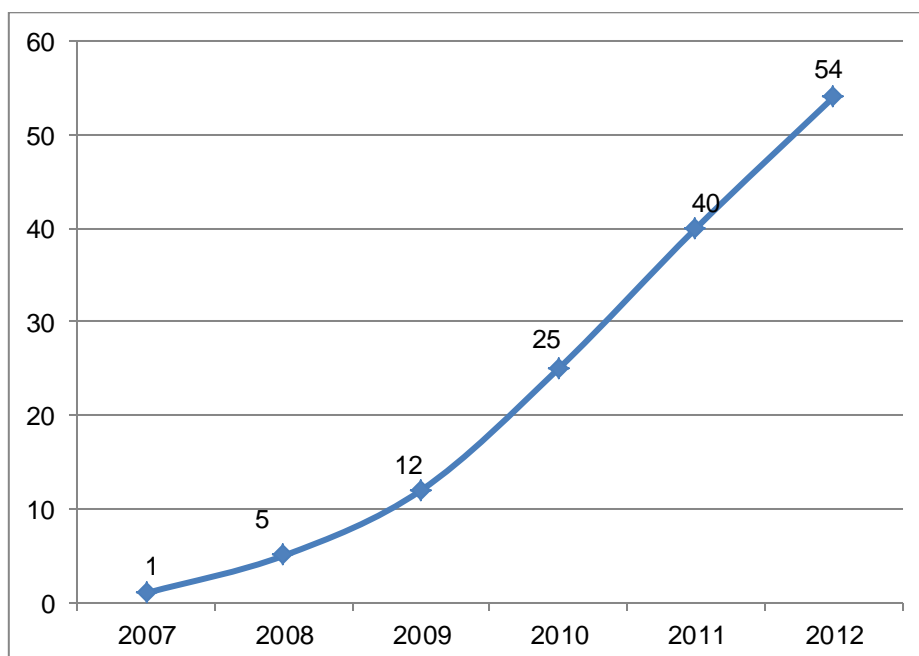
Interessante destacar que o artigo não atribui ao Ideb a métrica da qualidade da educação, como em publicações anteriores, mas enaltece a importância do debate acerca da qualidade da educação. Em síntese, o Ideb enfatiza a qualidade da educação centralizada no monitoramento dos fatores de aprovação e aprendizagem.

#### 4 CONCEPÇÕES E USOS DO IDEB NAS TESES E DISSERTAÇÕES

A pesquisa intenciona analisar concepções e usos do Ideb em teses e dissertações desde o lançamento do Ideb. Dessa forma, abrange um período de seis anos (2007 a 2012) com o intuito de capturar a forma como a comunidade acadêmica tem utilizado as informações geradas pelo monitoramento da educação básica.

A base de dados para a pesquisa constitui-se do resumo de teses e dissertações catalogadas no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (Capes). Na seleção macro, no campo “busca básica” utilizou-se como pesquisa o termo “Ideb” resultando na indicação de 137 trabalhos. Nesta seleção, a palavra Ideb poderia ser apresentada tanto no título, palavra-chave ou resumo, sendo que 69% destas pesquisas estão concentradas nos anos de 2011 e 2012 (GRÁFICO 1).

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE PRODUÇÕES DE TESES E DISSERTAÇÕES QUE MENCIONAM O TERMO IDEB



FONTE: dados da pesquisa.

O aumento de menções ao Ideb nas produções acadêmicas deve-se possivelmente às quatro edições do Ideb (2005, 2007, 2009 e 2011) e maior visibilidade na mídia. Exemplo disso, em 2009, por ocasião da divulgação da Prova Brasil, o MEC publicou um vídeo com o seguinte texto:

O Ideb mede a qualidade da educação pública. É formado pela combinação dos dados de evasão e repetência e pelas notas da prova Brasil. Desde 2005 melhoramos, mas ainda há muito que avançar para chegarmos à nota 6, média dos países desenvolvidos. É por isso que os resultados das provas de língua portuguesa e matemática da Prova Brasil são importantes. Com eles a qualidade do ensino fica mais evidente. Diretores: recuperar durante todo o ano letivo o aluno com dificuldade de aprendizagem é um direito e está previsto na lei. (...) Garantir a aprendizagem de todos os alunos melhora a escola pública brasileira. Mais qualidade na educação, compromisso de todos (MEC, 2013).

As pesquisas estão concentradas na região sudeste com 54 pesquisas (39%), mas localiza-se significativa produção nas outras regiões, excetuando-se o norte quem tem apenas um trabalho (TABELA 1). A quantidade de trabalhos publicados por UF em sua referida instituição de ensino está disponível no ANEXO 1 desta pesquisa.

**TABELA 1 – PRODUÇÕES DE TESES E DISSERTAÇÕES POR REGIÃO**

Região	n	%
CENTRO-OESTE	23	17%
NORDESTE	29	21%
NORTE	1	1%
SUDESTE	54	39%
SUL	30	22%
TOTAL	137	100%

FONTE: dados da pesquisa.

Tendo por referência a seleção macro descrita acima, aplicou-se um filtro para extrair somente pesquisas que mencionassem o termo “Ideb” no título e/ou palavra-chave. Observou-se que, dos 137 trabalhos 34% atenderam a este critério sendo: 2 teses, 40 dissertações de mestrado e 4 dissertações de mestrado profissionalizante. Como esta pesquisa intenciona identificar e analisar concepções e usos do Ideb em teses e dissertações, este grupo selecionado possivelmente apresentará estudos mais significativos, pois a apresentação de um determinado termo no título ou palavra-chave tende a refletir os assuntos prioritários de abordagem da pesquisa (TABELA 2).

TABELA 2 – PESQUISAS QUE MENCIONAM O TERMO IDEB<sup>3</sup>

Pesquisas	Seleção 1	Seleção 2
Teses Doutorado	21	2
Dissertações Mestrado	103	40
Dissertações Mestrado Profissionalizante	13	4
<b>Total geral</b>	<b>137</b>	<b>46</b>

FONTE: dados da pesquisa.

Considerando a observação acima, seria justificável metodologicamente fazer uso apenas dos 46 trabalhos que apresentassem explicitamente a palavra Ideb no título e/ou palavra-chave. No entanto, na análise do resumo dos trabalhos observou-se que possivelmente outras pesquisas deveriam ter mencionado o termo Ideb ao menos na palavra-chave devido a relevância deste conteúdo nos encaminhamentos da pesquisa. Dessa forma, optou-se pela reformulação da Seleção 2, acrescentando nesta seleção mais uma pesquisa de doutorado e oito pesquisas de mestrado. O quadro ficou com a seguinte configuração:

TABELA 3 – PESQUISAS QUE MENCIONAM O TERMO IDEB APÓS ANÁLISE DOS DADOS

Pesquisas <sup>4</sup>	Seleção 1	Seleção 2
Teses Doutorado	21	3
Dissertações Mestrado	103	48
Dissertações Mestrado Profissionalizante	13	4
<b>Total geral</b>	<b>137</b>	<b>55</b>

FONTE: dados da pesquisa.

Da quantidade total de trabalhos que mencionam a palavra Ideb em qualquer campo do filtro no site da Capes, constatou-se que apenas 40% deles (55 trabalhos) fazem uso do Ideb como referência mais incisiva de análise, sendo este o grupo prioritário de análise. No entanto, optou-se também pelo aproveitamento dos outros trabalhos para ampliar especialmente a compreensão dos usos e referências ao Ideb.

Desta forma, a amostra foi organizada em dois blocos para fins de análise de conteúdo. O primeiro bloco é composto pelas pesquisas elencadas na seleção 2 que foi reformulada e, o segundo abarcará as demais pesquisas (TABELA 4)

<sup>3</sup> Seleção 1 - Ideb em qualquer campo; seleção 2 - Ideb no título e/ou palavra-chave.

<sup>4</sup> Seleção 1 - Ideb em qualquer campo; seleção 2 - Ideb no título e/ou palavra-chave e inclusão de outros trabalhos que deveriam ter o Ideb ao menos como palavra-chave.



TABELA 4 – BLOCOS ORGANIZADOS PARA ANÁLISE DOS DADOS

Pesquisas	Bloco 1	Bloco 2	Total
Teses Doutorado	3	18	21
Dissertações Mestrado	48	55	103
Dissertações Mestrado Profissionalizante	4	9	13
Total geral	55	82	137

FONTE: dados da pesquisa.

O fator em destaque é que, das 137 pesquisas 65 delas (47%) fazem uso do Ideb como critério para seleção de amostra, seja da unidade escolar ou município referenciado no estudo. Para 31 delas, a amostra é escolhida em função do notório resultado obtido no Ideb, com denotações de “maior”, “melhor”, “alto” “superior à meta” ou “expressivo”, enquanto que a opção por contexto com “baixo” Ideb aparece somente em 8 estudos. Em 19 pesquisas há o interesse comparativo de contextos contrastantes “maior/menor”, “abaixo/acima”, “melhor/pior”. Por fim, 7 informam que o Ideb foi critério de seleção da amostra, mas não há especificação do critério.

Vale ressaltar algumas limitações na busca das informações disponibilizadas no site da Capes. A primeira delas situa-se no total de trabalhos selecionados. A primeira busca no site foi realizada em 12 de agosto de 2013 e, passado um tempo, o site foi retirado do ar e retornou em novembro de 2013. Ao fazer uma nova busca (por curiosidade para ver se haviam novos trabalhos), o site apresentou um total diferente: 135 trabalhos. Na depuração das informações observou-se que atualmente 3 trabalhos não constam na base da Capes. Não foi possível identificar se a alteração adveio de correção ou se ocorreram erros na transferência das informações. Em outros dois outros trabalhos, embora mantidos na seleção realizada, observou-se em um deles a alteração de título do trabalho e em outro a alteração do nome do autor. Outros dois trabalhos que inicialmente não constavam na base de pesquisa, agora constam na base.

Embora tenham ocorrido estas constatações, optou-se pela manutenção da base inicial pesquisada. E, para alertar, uma limitação encontrada nesta base consiste em falhas na informação das palavras-chave que aparecem cortadas ou suprimidas. Localiza-se esta falha ao comparar o texto com a íntegra do trabalho.

Intrigante foi localizar dois resumos idênticos, embora com os demais dados diferentes. São as teses de doutorado de Maisa Miralva da Silva e Natalia de Souza Duarte, ambas defendidas na Universidade de Brasília em 2012. Fiz contato com as autoras pelo endereço de e-mail disponibilizado atualmente no site da Capes, mas

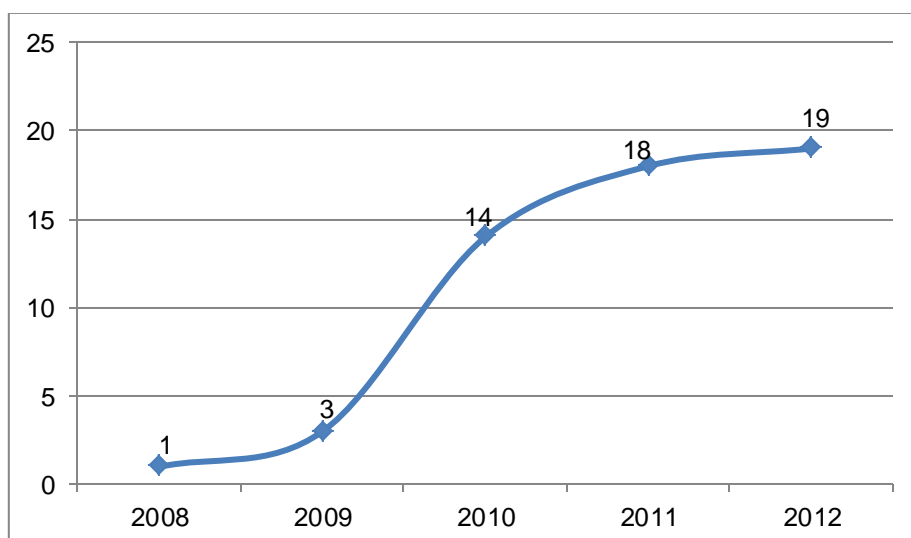
ao que parece estão desatualizados, pois os mesmos retornaram para a caixa postal.

Estes episódios, no entanto, não impedem o acesso a um número significativo de trabalhos que possibilitam traçar um panorama dos usos e concepções.

#### 4.1 INFERÊNCIAS DIRETAS: ANÁLISE DO BLOCO 1

Esta análise está centrada nas 55 pesquisas que compõem o primeiro bloco de seleção. Os trabalhos estão prioritariamente alocados nos período de 2010 a 2012, com expressivo aumento no último ano (GRÁFICO 2)

GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE PRODUÇÕES DE TESES E DISSERTAÇÕES COM REFERÊNCIAS DIRETAS AO IDEB



FONTE: dados da pesquisa.

Outro fator que chama atenção é dispersão das pesquisas entre as universidades, tendo como aspecto favorável a localização destas pesquisas em diversas universidades. No entanto, observa-se pouca continuidade e quantidade de pesquisas na mesma universidade, excetuando-se na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) com 7 trabalhos e a Universidade Estadual do Ceará

(UECE) com 5 trabalhos, ambas com trabalhos consecutivos nos anos de 2010, 2011 e 2012.

Embora estas universidades estejam nas regiões centro-oeste e nordeste e condensem o maior número de pesquisas consecutivas na mesma universidade, observa-se que a maior quantidade de pesquisas está concentrada na região sudeste com 42% das pesquisas, ou seja, 23 trabalhos.

Dos 55 estudos que compõe o bloco que está sob análise, apenas 4 dedicaram-se a estudar o Ideb de um estado diferente de onde está situada a Instituição de Ensino. Os que referenciaram dados do Ideb do próprio estado onde está situada a Instituição totalizam 33 pesquisas. Há também 7 pesquisas que não mencionam estados de referência para o estudo do Ideb e foi localizada apenas uma pesquisa que faz uso dos resultados do Ideb com abrangência nacional.

A dispersão do número de estudos pelas Instituições de Ensino reflete também a dispersão de municípios referenciados nas pesquisas. Poucos municípios tiveram mais que um estudo, sendo: Curitiba/PR (3), Juiz de Fora/MG (3), Recife/PE (2) e Salvador/BA (2). Por outro lado, 14 pesquisas utilizaram como objeto de estudo o Ideb de mais de um município, sendo que 3 utilizaram 10 municípios para cada estudo e uma outra pesquisa utilizou por referência um grupo de 11 municípios. Vale destacar que menção a um determinado município não significa que o Ideb do mesmo foi estudado em sua abrangência total. Em várias circunstâncias, no município referenciado foram utilizadas uma ou mais escolas.

Pelos resumos não é possível identificar em todos os trabalhos se as pesquisas priorizam a análise do Ideb da rede municipal ou estadual de ensino, bem como se o enfoque seria o Ideb de séries iniciais ou séries finais. No entanto, para o ensino médio, pela simples busca do termo “ensino médio” na compilação dos resumos dos trabalhos é possível constatar que não há pesquisas que abarquem o Ideb do ensino médio.

Neste bloco de pesquisas que referenciam o Ideb de forma mais incisiva observou-se que em 52% dos trabalhos os resultados do Ideb foram explicitamente utilizados como critério de seleção da amostra para estudo. Deste grupo, 5 trabalhos mencionam que o Ideb foi utilizado como critério mas não o explicita no resumo do trabalho. A ênfase está em amostras com baixo Ideb (4), maior Ideb (5) e comparativo entre maior e menor (8). Destaque se dá para trabalhos que utilizaram por referência o maior Ideb e também a maior evolução em um determinado período

(5). Outra pesquisa toma por referência o desvio padrão do Ideb em escolas da rede municipal de educação de Vitória. Por fim, um trabalho compara o Ideb das escolas com a média do Ideb alcançado pelo município, priorizando no estudo escolas com Ideb acima, abaixo ou na média.

Na leitura dos resumos observou-se um grupo significativo de pesquisas que mencionam ter a pesquisa vinculada ao projeto do Observatório da Educação CAPES/INEP/SECAD nº 01/2008 intitulado “Bons resultados no Ideb: Estudo exploratório de fatores explicativos”. De forma explícita foi possível identificar 5 pesquisas defendidas em 2011, sendo três pela Universidade Federal da Grande Dourados e duas pela Universidade Estadual do Ceará. No entanto, após contato com a publicação do relatório de pesquisa do referido observatório foi possível constatar que outras pesquisas selecionadas possuem vínculo com o projeto, mas não o anunciam no resumo do trabalho. Inclusive, após a verificação deste dado, optou-se pela inclusão no banco de dados deste bloco também a dissertação de mestrado de Luciene Martins Ferreira Rocha, intitulada “A concepção de formação continuada nos programas da União e repercussões no âmbito municipal”.

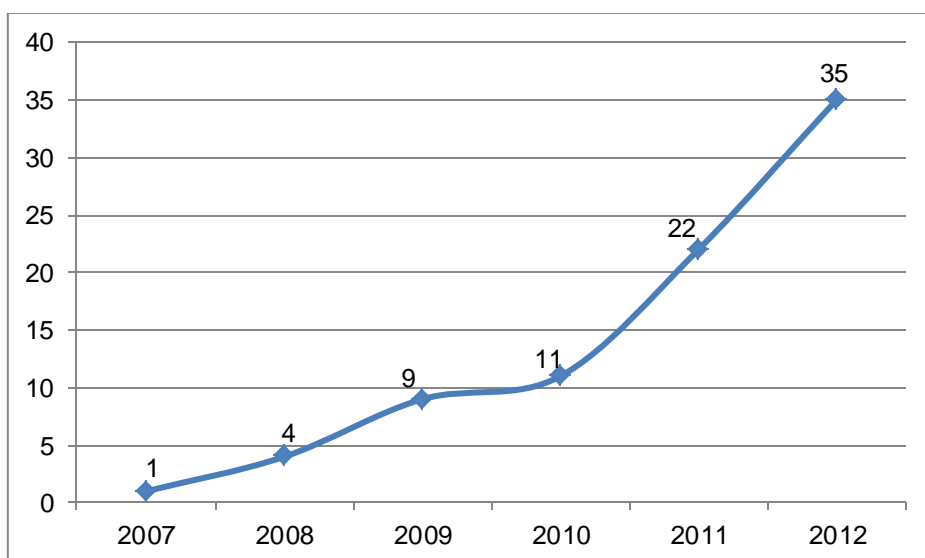
Os estudos com enfoque no Ideb apontam que a presença de um indicador educacional é imprescindível. No entanto, é preciso dar continuidade no debate para que o Ideb seja alterado ou até mesmo que sejam utilizados outros indicadores em concomitância.

No conjunto das pesquisas, duas dissertações de mestrado profissionalizante defendidas em 2012 debatem a composição do indicador. Interessante notar que os trabalhos estão situados nas áreas de Computação Aplicada e Economia e gestão empresarial. O trabalho de Wlahilma Maria de Queiroz Bezerra é de cunho técnico, pois tem o propósito de elaborar um software que facilite a interpretação das informações divulgadas pelo Ideb. Este trabalho tem por título “Desenvolvimento do software Ideb Calc: ferramenta de cálculo para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica”. O segundo trabalho aponta falhas na composição do Ideb e propõe fazer uso de novo índice, o Isep. O trabalho é de autoria de Telma de Amorim Freitas Silva, intitulado “Isep – Índice de Sharpe Escolar a partir da Prova Brasil: aplicação para a região serrana do Estado do Rio de Janeiro”.

## 4.2 MENÇÕES E USOS: ANÁLISE DO BLOCO 2

Das 82 pesquisas que compõem o segundo bloco de seleção, observa-se que há um aumento significativo nos anos de 2011 e 2012, com 43% das pesquisas defendidas no último ano. Este aumento pode ser atribuído à maior divulgação do índice, bem como de posicionamentos críticos à proposição de monitoramento da qualidade da educação (GRÁFICO 3).

GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE PRODUÇÕES DE TESES E DISSERTAÇÕES COM REFERÊNCIAS INDIRETAS AO IDEB



FONTE: dados da pesquisa.

O fator em destaque é que, das 82 pesquisas agrupadas neste bloco de análise, 29 delas (35%) fazem uso do Ideb como critério para seleção de amostra, seja da unidade escolar ou município referenciado no estudo. Para 15 delas, o objeto de estudo foi definido em função de ter o Ideb “maior”, “melhor”, “alto” “superior à meta”, “expressivo”, enquanto que a opção por contexto com “baixo” Ideb aparece somente em 3 estudos. Em 8 pesquisas há o interesse comparativo de contextos contrastantes “maior/menor”. Por fim, 3 informam que o Ideb foi critério de seleção da amostra, mas não há especificação do critério.

Coincidentemente, há um grupo de 31 trabalhos (38%) que poderiam ser eliminados da base de dados, considerando que apenas fazem menções ao Ideb como fonte de dados ou em frases explicativas ou críticas. No entanto, trazer à tona

estas expressões é uma forma de elucidar as percepções dos acadêmicos para com o tema em questão.

Os comentários críticos em relação ao Ideb podem ser sintetizados nas frases “é uma inovação incrementada pelo INEP”, “embora esteja crescendo, ainda confere baixo resultado do desempenho escolar”, a “divulgação do Ideb impacta na organização e na estrutura da escola”, “baixo Ideb do Ensino Médio revela baixo rendimento”, Ideb revela “o baixo desempenho dos alunos em relação à leitura”, o Ideb “é afetado pela pobreza”, o indicador reflete a “lógica gerencialista” e a “agenda neoliberal”.

Ainda neste grupo, alguns trabalhos enunciam o caráter técnico do índice, como: o Ideb é “composto por resultados da Prova Brasil ou avaliação em larga escala”, é um “indicador de fluxo e rendimento”, apresenta um “dato estatístico”, um “indicador educacional”, é “composto por metas de desempenho”, o Programa Mais Educação “contempla escolas com baixo Ideb”. Sobre o Programa de Ações Articuladas – PAR há duas frases que mencionam o Ideb: “induz compromisso na melhoria do desempenho no Ideb” e “não se destina apenas para municípios com baixo Ideb”. Há menção de que é um “programa do PDE” “com suas metas”.

Por fim, em relação ao fator qualidade, há menções de que o Ideb é um “indicador de qualidade”, “indicador que mede a qualidade da educação”, a “formação de professores gera melhor desempenho dos alunos”, os resultados melhores estão em “escolas que ampliaram a jornada escolar”.

Embora este bloco em análise não tenha o Ideb como referencial primordial para a pesquisa, observa-se interesse em fazer uso do índice como variável de contexto educacional, tendência observada em 6 pesquisas. Traduzindo a proposição do Ideb como indicador de qualidade, notou-se que explicitamente 17 trabalhos mencionaram o Ideb simplesmente como “indicador” ou como indicador de “qualidade”, “desenvolvimento”, “desempenho” e “sucesso”.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a instituição do Ideb, pesquisadores tem à disposição uma série histórica de dados com desempenhos de escolas, municípios e estados referentes ao Ideb dos anos de 2005, 2007, 2009 e 2011 (e em breve com divulgação dos resultados de 2013), bem como os respectivos questionários de contexto que proporcionam variáveis para análise da educação brasileira com diferentes recortes.

O banco de dados das avaliações censitárias é material valioso que possibilita identificar indícios e possíveis fatores associados à qualidade ou falta de qualidade na educação. Ao mesmo tempo, oferece subsídios para formuladores de políticas, gestores, educadores e comunidade em geral.

As pesquisas acadêmicas no âmbito das políticas educacionais apresentam juntamente com o rigor metodológico da investigação o compromisso com o apontamento de mudanças que se fazem necessárias para a efetivação do direito à educação, que necessariamente passa pela educação de qualidade.

Os resultados do Ideb e as pesquisas têm conduzido a constatações óbvias de que a qualidade da educação brasileira está aquém de um padrão mínimo desejado e, conseqüentemente longe da efetivação de uma escola justa. Os estudos e debates centrados nas avaliações em larga escala e monitoramento da educação via indicadores precisam de maior espaço nas universidades, considerando ser esta abordagem uma tendência mundial que tende a gerar diretrizes nas decisões políticas.

As teses e dissertações focadas na análise do Ideb são poucas e incipientes (raras teses), indicando a necessidade de estudos que analisem os resultados do Ideb, bem como intencionem a revisão da metodologia de monitoramento da educação.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394/96** estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

Câmara dos Deputados. **Lei 8.035-B de 2010**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

CAPES. **Banco de Teses**. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/>>. Acesso em 12/08/13.

FERNANDES, R. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Texto para Discussão nº 26. Brasília. Instituto Nacional e Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP, 2007. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em 15/09/13.

INEP. **Notícias**. Disponível em: <[http://portal.inep.gov.br/web/guest/todas-noticias?p\\_p\\_id=arquivonoticias\\_WAR\\_arquivonoticiasliferay6portlet\\_INSTANCE\\_60kY&tagA\\_rea=ideb](http://portal.inep.gov.br/web/guest/todas-noticias?p_p_id=arquivonoticias_WAR_arquivonoticiasliferay6portlet_INSTANCE_60kY&tagA_rea=ideb)>. Acesso em 27/10/13.

INEP/MEC. **Nota Técnica 1: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb**. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/portal\\_ideb/o\\_que\\_e\\_o\\_ideb/Nota\\_Tecnica\\_n1\\_concepcaoIDEB.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf)>. Acesso em 12/10/13.

INEP/MEC. **Nota Técnica 2: Metodologia utilizada para o estabelecimento das metas intermediárias para a trajetória do Ideb no Brasil, Estados, Municípios e Escolas**. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/portal\\_ideb/o\\_que\\_sao\\_as\\_metas/Nota\\_Tecnica\\_n2\\_metas\\_intermediarias\\_IDEB.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_sao_as_metas/Nota_Tecnica_n2_metas_intermediarias_IDEB.pdf)>. Acesso em 12/10/13.

INEP/MEC. **Nota Técnica 3: Nota metodológica sobre a compatibilização de desempenhos do PISA com a escala do SAEB**. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/portal\\_ideb/o\\_que\\_sao\\_as\\_metas/Nota\\_Tecnica\\_n3\\_compatibilizacao\\_PISA\\_SAEb.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_sao_as_metas/Nota_Tecnica_n3_compatibilizacao_PISA_SAEb.pdf)>. Acesso em 12/10/13.



MEC. **Decreto Presidencial nº 6.097 de 24 de abril de 2007.** Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abril de 2007.

MEC. **Portaria nº. 482, de 7 de junho de 2013.** Dispõe sobre o Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB.

MEC. **Portaria nº. 867, de 4 de julho de 2012.** Instituiu o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais.

MEC. **Vídeos em exibição.** Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12221&Itemid=791](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12221&Itemid=791)>. Acesso em 12/08/13.

MINHOTO, Maria Angelica. Política de avaliação da Educação Brasileira: limites e perspectivas. In: SOUZA, A.; GOUVEIA, A.; TAVARES, T. (orgs.). **Políticas educacionais: conceitos e debates.** Curitiba: Appris, 2012.

OLIVEIRA, Romualdo; ARAUJO, Gilda. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.28, abr. 2005.

ORTIGAO, Maria Isabel Ramalho; AGUIAR, Glauco Silva. Repetência escolar nos anos iniciais do ensino fundamental: evidências a partir dos dados da Prova Brasil 2009. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.** [online]. 2013, vol.94, n.237, pp. 364-389. ISSN 2176-6681.

SAVIANI, Dermeval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Educ. Soc.** [online]. 2007, vol.28, n.100, pp. 1231-1255. ISSN 0101-7330  
SOUZA, A.; GOUVEIA, A.; TAVARES, T. (orgs.). **Políticas educacionais: conceitos e debates.** Curitiba: Appris, 2012.

SOARES, Sergei Suarez Dillon y NASCIMENTO, Paulo A. Meyer M.. Evolução do desempenho cognitivo dos jovens brasileiros no Pisa. **Cad. Pesqui.** [online]. 2012, vol.42, n.145, pp. 68-87. ISSN 0100-1574.

TROJAN, Rose Meri. Políticas Educacionais na América Latina e os impactos da globalização. In: SOUZA, A.; GOUVEIA, A.; TAVARES, T. (orgs.). **Políticas educacionais: conceitos e debates**. Curitiba: Appris, 2012.

## ANEXOS

## ANEXO 1 – QUANTIDADE DE PESQUISAS TOTAIS POR INSTITUIÇÃO DE ENSINO E ANO DE DEFESA

<b>UF</b>	<b>SIGLA</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>Total</b>
BA	UCSAL					3	1	4
BA	UNEB			1	1		2	4
BA	UFBA				1		1	2
CE	UECE				1	3	1	5
CE	UFCE					1	1	2
DF	UCB		1				4	5
DF	UnB					4	2	6
ES	UFES				1		1	2
GO	PUC-GO						1	1
MG	PUC-MG				1	2		3
MG	UNIUBE			1				1
MG	UFMG		1	1				2
MG	UFV					1		1
MS	UFGD				3	4	1	8
MS	UFMS						1	1
MT	UFMT				2			2
PA	UFPA						1	1
PB	UFPB			2		2	1	5
PE	UFPE			2	2	1	1	6
PR	UNIFAE						1	1
PR	PUC-PR				1		1	2
PR	UEPG						1	1
PR	UNIOESTE						1	1
PR	UFPR		1	1	1		2	5
PR	UTP						1	1
RJ	UNESA					1	1	2
RJ	FCC				1			1
RJ	CESGRANRIO				1			1
RJ	PUC-RIO	1		1	1			3
RJ	UCAM					2	1	3
RJ	UNIGRANRIO						1	1
RJ	UERJ					1		1
MG	UFJF				2	1	9	12
RJ	UFRJ					3		3
RS	PUC-RS		1		1	1		3
RS	UCS						1	1
RS	UPF			1	1			2
RS	UNISINOS						2	2
RS	UFPEL					2	1	3
RS	UFRGS			1			1	2
SC	UNIPAC					1	1	2
SC	UNIVALI			1			1	2
SC	UFSC					2		2
SE	UFS						1	1
SP	UNIARA				1			1
SP	FGV		1			2		3
SP	PUC-SP						1	1
SP	UNISANTOS					1		1
SP	USP				1		3	4
SP	UNICAMP				1	1	1	3
SP	UNESP				1	1	3	5
		<b>1</b>	<b>5</b>	<b>12</b>	<b>25</b>	<b>40</b>	<b>54</b>	<b>137</b>

ANEXO 2 – QUANTIDADE DE PESQUISAS BLOCO 1 POR INSTITUIÇÃO DE ENSINO E ANO DE DEFESA

<b>UF</b>	<b>SIGLA</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>Total</b>
BA	UCSAL				2		2
BA	UNEB					1	1
BA	UFBA					1	1
CE	UECE			1	3	1	5
DF	UCB					1	1
ES	UFES			1			1
MG	UFJF			1		3	4
MG	UFMG	1	1				2
MG	PUC-MG				1		1
MS	UFGD			3	3	1	7
MT	UFMT			1			1
PB	UFPB				1	1	2
PE	UFPE				1	1	2
PR	UFPR		1	1			2
PR	UNIFAE					1	1
PR	UEPG					1	1
PR	UTP					1	1
RJ	UNESA				1	1	2
RJ	PUC-RIO		1				1
RJ	UCAM					1	1
RJ	UFRJ				1		1
RJ	FCC			1			1
RJ	CESGRANRIO			1			1
RJ	UERJ				1		1
RS	PUC-RS			1			1
RS	UFPEL				1		1
RS	UCS					1	1
SC	UNIPLAC					1	1
SC	UNIVALI					1	1
SP	UNESP			1	1	1	3
SP	USP			1			1
SP	FGV				1		1
SP	UNIARA			1			1
SP	UNISANTOS				1		1
<b>Total de pesquisas</b>		<b>1</b>	<b>3</b>	<b>14</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>55</b>